

Avaliação do desempenho não é um critério objectivo para despedir no tecido empresarial português

José Silva Peneda e Manuel Carvalho da Silva estiveram em sintonia, na edição de ontem do “Conversas Cruzadas”, em relação à ideia do Governo de que a avaliação de desempenho seja o primeiro critério a considerar nos despedimentos por extinção do posto de trabalho. A questão do salário mínimo, a política de território e o discurso do estado da União, nos Estados Unidos, foram outros temas em debate.

» José Bastos



Na semana em que os parceiros sociais debateram na concertação social os novos critérios para o despedimento por extinção do posto de trabalho, o Governo propôs que a avaliação de desempenho seja o primeiro critério substituindo a escolha pela antiguidade.

A questão está em aberto, com os sindicatos a insistirem numa proposta inconstitucional, depois de os juizes do Palácio Ratton terem considerado que os critérios para o despedimento eram demasiado vagos, na primeira versão da nova lei laboral.

Mas será este primeiro critério subjectivo? José Silva Peneda não tem dúvidas que é. “Isso é óbvio”, diz o presidente do Conselho Económico e Social, reforçando: “É um facto, não vale a pena ser discutido”.

“Quando temos um tecido empresarial com a dimensão do nosso, com muitas pequenas e médias empresas, pretender que a avaliação do desempenho é um critério objectivo... Que diabo!... As empresas nem sequer têm um processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores. A maior parte delas não tem”, afirma ainda Silva Peneda.

Manuel Carvalho da Silva critica o Governo por produzir alterações que nem as associações patronais exigem. “Estas alterações da legislação laboral são dramáticas”, considera, sublinhando tratar-se de “alterações que não são reclamadas individualmente por nenhuma organização patronal”. O ex-líder da CGTP, contudo, adverte: “Se o Governo avança com estas medidas, se oferece facilidade de despedimento, claro que as direcções das confederações patronais até levavam ‘porrada’ dos seus associados se viessem dizer que não apoiam”.

Estas alterações da legislação laboral são dramáticas
Carvalho da Silva

As empresas nem sequer têm um processo de avaliação de desempenho
Silva Peneda

“É dramático, mas é o que está por detrás da concepção do tipo de modelo de exportações de que se diz vai ser a sustentação da economia. Ainda não encontramos outro caminho. Esta semana, conversei com um empresário com experiência e resultados nesta área das exportações que me dizia ‘mas o que está desenhado é manter salários baixos não é outra coisa’. Isto é que é um drama”, acrescenta Carvalho da Silva.

Despedir “a olho”...

Silva Peneda insiste em que a avaliação de desempenho como primeira regra para despedir só faz sentido em empresas com processos de avaliação de desempenho, uma minoria em Portugal.

“O problema da constitucionalidade da lei decorria da subjectividade dos critérios para o despedimento por extinção de posto de trabalho. A avaliação de desempenho? Nós temos de ter a noção de como é constituído o nosso tecido empresarial. Como são as nossas empresas”, alerta o economista.

Silva Peneda exemplifica: “Se me fala de uma Sonae, eu sei que há um processo de avaliação de desempenho. Já estive lá. Até ajudei a criar esse sistema. Agora, empresas pequenas? 95% do tecido empresarial não tem mecanismo de avaliações. Não tem. E como se pode pensar agora na avaliação do desempenho? A olho? O patrão gosta mais de um que de outro e avalia o desempenho? Isto fazia sentido para empresas onde há processos de avaliação de desempenho, porque, de outra forma, é a subjectividade” reforça o antigo ministro do Emprego e Segurança Social.

Carvalho da Silva insiste: “Tenho a obrigação de o

dizer de forma muito clara: estas alterações são apenas destinadas a dois objectivos, que são a facilitação do despedimento e o embaratecimento do custo do trabalho. Curiosamente, ainda esta semana, estava num debate num canal de cabo e o meu oponente dizia ‘bem, mas as empresas têm o direito de diminuir o custo do trabalho’. Têm, mas é preciso que haja equilíbrios”.

A contratação colectiva como solução

A proposta ainda não está fechada. O Governo diz pretender contornar as reservas constitucionais, fixando critérios mais objectivos que se aplicam por uma ordem concreta, mas como avançar na discussão?

“Isto devia ser mais descentralizado”, diz Silva Peneda. “A contratação colectiva é um bom meio e tanto os patrões como os sindicatos estão muito zangados com a evolução, nos últimos tempos, da contratação colectiva. Quando, há dias, estive em Bruxelas para apresentar a minha visão da aplicação do programa da *troika*, ao meu lado estava o director do Instituto de Estudos sobre o Trabalho da OIT, Raymond Torres. Torres apresentou uns gráficos mostrando que na Grécia acabou a contratação colectiva. Na maior parte dos países, incluindo Portugal, é uma queda a pique”, observa o ex-ministro do Emprego, apelando à reflexão: “O diálogo social não é um valor europeu? Não andam todos a falar do diálogo social como valor europeu? E qual é o instrumento basilar do diálogo social? Não é a contratação colectiva? Sem a contratação colectiva não pode haver diálogo social”.

O presidente do Conselho Económico e Social vai mais longe: “Conheço empresários de vários sectores que dizem - se é para ser assim - que não vale a pena haver contratação colectiva. Se calhar, nem vale a pena haver associações empresariais. Se calhar, nem vale a pena haver sindicatos. A sociedade portuguesa pode prescindir disto? Ah, se calhar, há muito boa gente que pensa que os sindicatos são uma maçada, as associações empresariais são uma maçada e tudo isto podia deitar-se fora”.

“Eu não penso assim. Penso ser um valor importante em termos de reforço do diálogo social e no plano do equilíbrio da sociedade. Ora a *troika* deu uma machada muito grande na contratação colectiva. E uma forma de poder atenuar estas dificuldades agora dos critérios para despedimento seria através de reforçar o papel da negociação colectiva”, sentencia José Silva Peneda.

Carvalho da Silva aponta também a contratação colectiva como saída. “Concordo com o doutor Silva

Peneda. É a contratação colectiva e a negociação colectiva. São dois conceitos que se complementam. Porque a negociação pode ser feita empresa a empresa. É muitas vezes feita. Ai de nós, neste país, se não houvesse trabalhadores e empresários que não discutissem. Todos os dias, no país, há várias empresas que estão a discutir estas questões directamente” afirma o sociólogo.

O discurso da “riqueza ilusória”

No “Conversas Cruzadas” de ontem, Carvalho da Silva questionou o discurso público de Primeiro-ministro, Passos Coelho. “É diferente falar em não se

regressar ao passado do ponto de vista do modelo de desenvolvimento ou usar a expressão que o Primeiro-ministro usou, do ‘vocês viveram numa riqueza ilusória, portanto não pensem nisso’. É preciso dizer que a maioria dos portugueses não viveu em riqueza ilusória”, defende o professor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

“Hoje, não são apenas os mais pobres, mas também camadas médias, até altos quadros da administração, mas também do sector privado que estão a ser afectados. Mas hoje foram induzidas na sociedade visões dicotómicas do tipo ‘ele tem e eu não tenho, corte-se aquele para ficar igual’, aproveitando o pior que há nos sentimentos humanos para ir cortando, cortando, cortando. E inculcar nas pessoas a ideia de que andaram todos a viver acima das possibilidades. Acrescente-se que os que ganharam muito com este modelo de desenvolvimento errado que nos conduziu a estes graves problemas, continuam a ganhar e muito”, acusa Manuel Carvalho da Silva.

A ausência de política para o território

Silva Peneda sinaliza a presença de uma política de fundo para a coesão territorial como um dos maiores desafios dos próximos tempos. “Temos um país partido a meio, longitudinalmente. Uma faixa no litoral e uma faixa no interior. De acordo com estudos recentes - de que tenho tipo conhecimento -, caminhamos para fechar o interior. Fechar o portão. Fechar o interior. Uma política territorial, uma política que tenha por objectivo o território tem de ser uma política de discriminação positiva. Não pode andar atrás do mercado. As decisões de encerrar tribunais, repartições de finanças, não podem ser baseadas única e exclusivamente em critérios financeiros ou critérios de gestão orçamental”, alerta o ex-ministro.

Carvalho da Silva amplia a denúncia: “Esta questão do território é de uma falta de visão absoluta. Mas

Como se pode pensar agora na avaliação do desempenho? A olho? O patrão gosta mais de um que de outro e avalia o desempenho?
Silva Peneda

Ai de nós, neste país, se não houvesse trabalhadores e empresários que não discutissem.
Carvalho da Silva

eu queria deixar como registo que a falta de coesão entre gerações não é um problema menor que esse do território. As coisas foram para patamares muito preocupantes. Muito preocupantes. Colocam em causa as instituições todas, começando na família, o Estado, numa perspectiva de resposta aos grandes desafios do país. Portanto, há várias dimensões da coesão – e pouco se fala deste conceito que foram profundamente atingidas por esta austeridade irracional que se desenvolveu”.

Silva Peneda aponta caminhos para “salvar” o interior. Desde logo, a discriminação positiva. “Tem de haver aqui uma modulação no sentido de suavizar os cortes”, defende, exemplificando, de seguida: “O Orçamento de Estado é feito e todos os serviços têm uma cativação de verbas. Porque é que os serviços do interior, por exemplo, as universidades do interior, não são descativadas? Eu descobri uma instituição que está descativada. É o Conselho das Finanças Públicas. Porque raio é que o Conselho das Finanças Públicas, na lei do Orçamento do Estado, está isento de cativações? E as Universidades do interior, estou a falar, por exemplo, de Vila Real, da Beira Interior e por aí, andam numa azáfama para obter fundos?”.

“Se não houver uma discriminação positiva, temo que o interior desapareça. Não há uma política territorial. Estou a falar da presença do Estado. Não é possível continuar a gerir isto apenas com base em critérios orçamentais. Há outros valores muito mais importantes”, defende o economista.

“Hoje, a desertificação do interior e o ‘juntar tudo’ no litoral com as economias de escala que implicam é um fenómeno que obriga a uma reflexão muito séria. Isto não é para ser resolvido em dois anos ou três. Isto é preciso uma orientação política muito clara que faculte instrumentos e medidas para contrariar esta tendência” antecipa o presidente do Conselho Económico e Social.

Salário mínimo discutido depois da *troika*?

Na edição de ontem, Silva Peneda manifestou a vontade de ver a questão do aumento do salário mínimo regressar ao Conselho Económico e Social. “Espero bem que sim”, disse, continuando: “Para já, há um acordo celebrado pelos parceiros sociais que não está a ser aplicado e não encontra, pela parte dos parceiros sociais, qualquer reticância. Pelo contrário, estão disponíveis para enfrentar o problema. Eles já disseram isso publicamente. Não é novo”.

A senhora Merkel, que é poder na União Europeia e representa o comando daquilo que é imposto em Portugal, defendeu, esta semana, a subida do salário mínimo, para 8,5 euros por hora, o que, num horário de 40 horas, dá, mais ou menos, 1600 euros por mês.
Carvalho da Silva

“Nunca percebi bem se foi o Governo, a não querer avançar nesta questão, porque, muitas vezes, em relação a esta matéria, há um passa-culpas”, diz Silva Peneda, recordando, depois, um episódio: “A pergunta da subida do salário mínimo foi colocada claramente na última reunião que tivemos com a *troika*. A resposta foi de uma fragilidade técnica muito grande, a ponto de dizerem – e acho que não cometo nenhuma inconfiância – que ‘se perguntarem aos desempregados, eles com certeza não gostarão muito que o salário mínimo seja aumentado’. Foi a argumentação que surgiu em cima da mesa. Não apareceu nenhuma argumentação técnica que dissesse ser um disparate mexer no salário mínimo”.

Carvalho da Silva dá o exemplo recente de Angela Merkel como elemento sinalizador da necessidade de alteração de políticas na Europa. “A senhora Merkel, que é poder na União Europeia e representa o comando daquilo que é imposto em Portugal, defendeu, esta semana, a subida do salário mínimo, para 8,5 euros por hora, o que, num horário de 40 horas, dá, mais ou menos, 1600 euros por mês como salário mínimo”.

“A decisão de mexer no salário mínimo não decorre só da pressão do SPD. Os alemães vão ter de reagir. Um dos dramas é que na cabeça de muita boa gente – na Alemanha e países do norte – está a convicção de que nos andaram a ajudar e nós somos uns gastadores que não sabemos utilizar o dinheiro. Eles vão ter de mudar de rumo. Agora: quando será? É uma interrogação dos diabos”, diz Carvalho da Silva.

A novidade da China no “estado da União”

Nos Estados Unidos, no discurso do estado da União, Barack Obama também anunciou o aumento para 10,10 dólares/hora do salário mínimo para trabalhadores prestadores de serviços à administração. Manuel Carvalho da Silva e José Silva Peneda aplaudem, mas o ex-ministro chama à atenção para as referências à China na intervenção de Obama.

“Obama diz, de uma forma muito clara e peremptória, baseada em estudos, que, hoje, os Estados Unidos são muito mais

atractivos para o investimento que a própria China. Isso é a grande novidade. Uma afirmação que não era pensável há uns anos. Um país como os Estados Unidos – no dia em que aumenta o salário mínimo e anuncia uma série de medidas com preocupações sociais – diz ‘nós somos mais atractivos para o investimento que a China’. Isto tem algum significado e merece alguma meditação”, conclui Silva Peneda.